**O SISTEMA PAULO FREIRE, A CAMPANHA ‘DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER’ E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE**

LUHM, Daiana Cristina[[1]](#footnote-2)

SANTOS, Mayara dos[[2]](#footnote-3)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo uma análise do processo educacional no Brasil, especificamente a partir dos anos 60, tendo em vista a situação socioeconômica e política do país. Buscar-se-á desenvolver assuntos de grande relevância para a educação brasileira e que ganharam espaço a partir dos Movimentos de Cultura Popular (MCP), como o sistema Paulo Freire, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e o Movimento de Educação de Base. O texto elaborado metodologicamente a partir de pesquisas bibliográficas analisará quais eram os objetivos desses movimentos e como se desenvolveram.

**Palavras chave:** Sistema Paulo Freire, Movimento de Cultura Popular, Campanha de Pé no chão também se aprende a ler, Movimento de Educação de Base

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do processo educacional no Brasil, especificamente a partir dos anos 60, tendo em vista a situação socioeconômica e política do país.

Buscar-se-á desenvolver assuntos de grande relevância para a educação brasileira e que ganharam espaço a partir de Movimentos de Cultura Popular (MCP), como o sistema Paulo Freire, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e o Movimento de Educação de Base.

Analisar-se-á quais eram os objetivos desses Movimentos e como se desenvolveram. É possível afirmar que o foco principal inicialmente foi a erradicação do analfabetismo, cuja finalidade era o aumento do número de eleitores. Os primeiros projetos e campanhas aconteceram na região Nordeste do país, porém devido a boa aceitação social a partir de resultados satisfatórios, estes ganharam espaço em âmbito nacional.

**SISTEMA PAULO FREIRE E CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER**

 Na década de 60 o Brasil estava engajado na fase do desenvolvimentismo proposto pelo presidente Juscelino Kubitschek. Já havia passado por inúmeras reformas educacionais, incluindo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1961). Todavia, ainda assim o país enfrentava uma crise sociopolítica, econômica e educacional. Acreditava-se que uma das causas de tal crise pautava-se no analfabetismo de grande parte da população.

(...) o Brasil chegou à década de 60 do século XX com quase 40% de analfabetismo, o que evidencia a ineficiência das reformas, o seu caráter retórico e a omissão do Estado no cumprimento efetivo das leis que ele próprio editara. Os números expressam que pouco havia mudado: em 1940, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,0%; em 1950, era de 50,5% e, em 1960, 39,35% (RIBEIRO, 1986 APUD BITTAR E BITTAR, 2012, p; 161)

 É nesse contexto, como tentativa de erradicação do analfabetismo no Brasil, que surge em Recife no ano 1960-1961 o Movimento de Cultura Popular (MCP), tendo por sede o Sítio da Trindade, o velho Arraial do Bom Jesus. Esse movimento foi o principal instrumento de ação no campo cultural, estimulando o desenvolvimento intelectual e crítico da população. Seus objetivos eram fundamentalmente educativos. Acreditava-se que por meio da educação, toda uma camada socialmente excluída do processo de desenvolvimento, sem acesso ao sistema de informação, poderia ter possibilidades de aquisição de cultura, elevando seu nível de consciência social, voltando-se para a transformação social.

Por meio do Movimento de Cultura Popular, houve a fundação do Centro de Cultura Dona Olegarinha, no Poço da Panela, em colaboração com a Paróquia de Casa Forte, que lhe cedeu uma casa para sua instalação. O Centro funcionava como uma unidade educativa, dispondo de atividades diversas como teatro, cinema, música, arquitetura, artes plásticas, administração e literatura, mas o foco principal era a alfabetização de adultos. O objetivo de tais atividades era levar o público a compreensão de sua própria condição social.

 É no espaço do Centro de Cultura Dona Olegarinha que ‘nasce’ o método Paulo Freire. Ali se realizou a primeira tentativa de alfabetização de adultos, seguindo as orientações da proposta de Freire, preconizando o uso de recursos materiais e visuais. Participaram da experiência cinco pessoas iniciando em janeiro de 1962. Os resultados foram significativos, em aproximadamente dois meses com apenas 30 horas um dos alunos já estava lendo. Em março formou-se uma nova turma, da qual obteve-se resultados semelhantes.

A proposta de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire, era baseada na conscientização e partia do pressuposto de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Ele propunha a Alfabetização e a Educação de Base para Adultos sempre partindo de um exame crítico da realidade existencial dos educados, devia-se buscar e identificar as origens e a possibilidade de superar as problemáticas ali levantadas. (RISSO E SILVA, 2007, p.11).

 Paulo Freire pressupunha que a educação é uma forma política de intervenção do mundo, e que, portanto não é neutra. Assim pode servir tanto para a transformação da sociedade quanto para sua conversação. Nesse sentido, por uma visão humanista e dialética, a educação deve acontecer por uma perspectiva histórica e cultural de mundo, como forma de ativar o povo no seu próprio processo histórico. Ou seja, é o reconhecimento do trabalhador enquanto ser histórico e autônomo, produtor de cultura. Por essa visão o povo deixa de ser objeto e passa a ser sujeito.

A metodologia do sistema Paulo Freire baseava-se na ideia de diálogo, preconizando a construção coletiva do conhecimento. Não eram utilizadas cartilhas prontas, pois entendia-se que como tal, representam um saber abstrato, pré-fabricado e imposto, portanto caminhavam contrariamente ao ideário de uma educação libertadora, que prevê a autonomia e emancipação do homem. Nesse contexto, que sentido faz para alguém ler:

“Eva viu a uva.”

“A ave é do Ivo.”

“Ivo vai na roça.”

Soares (2010) parafraseando Freire admoesta que ao contrário de se usar as cartilhas com conteúdos universalizantes e, por conseguinte, alienantes, os textos usados para a alfabetização eram elaborados e redigidos pelos alfabetizandos, descrevendo livremente o seu contexto existencial e sua circunstancial condição.

Por esse viés o educador desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos, organizados e três grandes etapas: investigação, tematização e problematização.

A Investigação consiste no levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar, é uma etapa de preparação, na qual é feita uma contextualização da realidade existencial do grupo. A partir desse levantamento é feita uma seleção de vocábulos geradores, ou seja, palavras pertinentes a realidade social dos indivíduos, que se traduzem em temas geradores amplos. Os temas geradores ligam-se à ideia de interdisciplinaridade e estão presentes na metodologia de Paulo Freire, pois tem como princípio metodológico a promoção de uma aprendizagem global, não fragmentada.

A tematização é a etapa em que se iniciam o estudo das palavras ou temas geradores. É importante salientar o uso de imagens, cartazes e materiais visuais na exploração do conteúdo. Eram elaboradas fichas roteiros bem como fichas de decomposição das famílias fonêmicas. A análise de uma palavra desenvolvia-se buscando um debate em torno de suas implicações sociais, partindo então para uma desmistificação da palavra escrita e suas partes componentes como as sílabas e as famílias silábicas derivadas da palavra geradora.

A problematização é o posicionamento em busca da superação de um visão estigmatizada por uma visão crítica, capaz de transformar o contexto vivido. A intenção de Paulo Freire era estimular a consciência social e dar condições ao povo para que se transformasse de objeto em sujeito da ação social.

Até o final de 1963 o método de alfabetização do educador ganhou espaço no cenário brasileiro, sendo adotado nacional e oficialmente como proposta do governo federal. Porém com o Golpe Militar de 1964, a proposta foi barrada e Paulo Freire foi exilado do país.

O segundo Movimento de Cultura Popular a emergir foi a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, que foi desenvolvida no Rio Grande do Norte pela Secretaria Municipal, na administração do prefeito Djalma Maranhão.

De Pé no Chão foi resultado dos compromissos eleitorais de Djalma, onde as forças progressistas, nacionalistas e de esquerda organizaram Comitês Populares para a campanha, tendo uma conjuntura política um tanto quanto confusa. Esses comitês eram em casas de homens e mulheres que recebiam o prefeito e organizavam discussões sobre problemas do bairro e da cidade. Portanto, era freqüentado por políticos, intelectuais, estudantes, lideres sindicais e de bairros. Formou-se um arco político na cidade de natal onde se encontravam desde conservadores modernos até jovens cristãos radicais e comunistas.

Nos 160 comitês organizados as questões discutidas eram sob visão “municipal-estadual-nacional-internacional” na intenção de fortalecer o movimento popular. Além disso, “listavam os problemas mais urgentes dos bairros e as reivindicações mais veementes da população”.

De acordo com Sergio Haddad e Maria Clara di Pierro a campanha apoiava-se

(...) no movimento de democratização de oportunidades de escolarização básica dos adultos mas também representavam a luta política dos grupos que disputavam o aparelho do estado em suas varias instancias por legitimação de idéias via pratica educacional. (HADDAD E PIERRO, 2000, p. 113)

Promoveram a Convenção Municipal, que considerou como prioridade número um “a escola para todos” e a “erradicação do analfabetismo”. Com base nisso, o candidato Djalma montou seu programa de ação.

Em 1960 iniciou-se a administração do prefeito Djalma Maranhão com a instalação de “escolinhas”, que eram salas disponíveis utilizadas para ministrar aulas. A prefeitura se responsabilizava pelo pagamento de um monitor, instalações de carteiras escolares, distribuição de material didático e merenda, enquanto que outros custos era a comunidade que arcava.

Mesmo com todo o esforço realizado contra o analfabetismo, as áreas mais afetadas não conseguiam ser alcançadas com a ação educativa, pois isto não demandava apenas da vontade política, mas, principalmente, das condições da comunidade.

Em uma reunião realizada com o secretário municipal de educação, Moacyr de Góes, ficou decidido que se não havia dinheiro pra fazer uma escola de alvenaria, que seria feita uma escola de palha, mas seria feita uma escola A partir de então, mais especificamente em fevereiro de 1961, o próprio prefeito acompanhava os alunos até suas salas de aula, que eram cobertas de palha de coqueiro sobre chão de barro batido. Esses locais ficaram conhecidos como Acampamento Escolar das Rocas. Eram galpões de 30m x 8m divididos em quatro partes, com pranchas utilizadas como lousa e mural.

Resolvido o problema emergencial quanto ao espaço físico, o grupo de Pé no Chão se estendeu por meio de inúmeros projetos, sendo eles: Ensino Mútuo, Praças de Cultura, Centro de Formação de Professores, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, Interiorização da Campanha, Aplicação do Método Paulo Freire e Escola Brasileira Construída com Dinheiro Brasileiro.

O Ensino Mútuo funcionava com o uso de monitores no ensino que acontecia nas residências, formado por pequenos grupos. As Praças de Cultura, foram construídas com a transformação de algumas praças da cidade em espaços culturais, eram destinadas à promoção da cultura popular, um espaço estratégico para produção e recepção dos valores da administração política. Funcionava como centros de educação, recreação, localizados em bairros populares. Esses espaços constituíam-se de parque infantil, visando atrair a infância; um campo de esportes: basquete, voleibol, futebol de salão, com a finalidade de congregar a juventude, um telefone público, de interesse geral, e uma biblioteca, como base fundamental.

Pela precariedade de profissionais na área de educação foi construído o Centro de Formação de Professores. De Pé No Chão providenciou os seus próprios recursos humanos para a qualificação desses docentes, ocorrendo em três níveis: Cursos de Emergência, sucedendo em três meses, com cinco horas de aula por dia, inclusive aos sábados. Os professores diplomados por Escola Normal foram reciclados para desempenhar as funções de supervisores. Cada supervisor era responsável pelo desempenho de 20 monitores. Foram qualificados 500 monitores entre 1960-1963. E ainda para melhor qualificação docente, também foi construído um Ginásio Normal em quatro anos e um Colégio Pedagógico em mais três anos com Escola de Demonstração. Foi construído prédio em alvenaria e devidamente instalado em moldes acadêmicos.

Outro projeto em pauta foi a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão. Os monitores que eram artesãos ou tinham outra profissão desempenhavam essa função de formar profissionais em seus respectivos ofícios. Em 1963, funcionavam cerca de 10 cursos de iniciação profissional. A Interiorização da Campanha ocorreu através de convênios de assessoramento técnico-pedagógico com sete prefeituras do interior do Estado, em 1963. A Aplicação do Método Paulo Freire funcionou em cinco círculos de cultura, com dez classes. O projeto Escola Brasileira Construída com Dinheiro Brasileiro foi de muita relevância, pois até então os recursos públicos eram destinados apenas às instituições educacionais privadas, é através da campanha De Pé no Chão que a educação pública, democrática e laica é exercida por meio do poder público.

Em três anos, “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” tem uma matrícula acumulada de 40.000 alunos; com 500 professores leigos qualificados; seu quadro de supervisores era de 32 profissionais formados pela Escola Normal e pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal, sendo o custo-aluno anual menos de dois dólares índices de aprovação de 60%, 74% e 85%, respectivamente, em 1961, 62 e 63.

Em todo seu processo de construção e desenvolvimento, De Pé no Chão enfrentou três desafios grandes, sendo estes respondidos que maneira imediata. Entretanto com o que estava ao alcance do grupo, que se encontrava em uma situação de extrema necessidade.

A primeira luta seria com a questão do espaço físico, pois não se tinha onde colocar os alunos para estudarem, está foi resolvido com a construção de acampamentos de palha, divididos em quatro pavimentos, onde se ministrava o conhecimento e propiciava o aprendizado.

A segunda que era a falta de um corpo docente preparado, levando em consideração que as universidades percorriam os primeiros passos para serem implantadas. O problema foi resolvido pelo grupo, por meio de cursos emergenciais para a preparação de pessoas leigas, que pudessem ministrar aulas, por meio da formação intensiva.

Os docentes tinham os monitores para supervisionar, podendo aliar o pensamento acadêmico com a prática popular, desta maneira todos ajudavam na formação dos indivíduos sociais.

O terceiro desafio está pautado na criação material didático, sendo que os recursos eram poucos, ou quase nada. De início eram distribuídas cartilhas tradicionais, entretanto estas fugiam do que o grupo propunha, os sujeitos aprendiam por meio de coisas que não se relacionavam a sua realidade. Assim no início de 1963, passou-se a produzir seu próprio material, considerando a metodologia “unidades de trabalho”. O processo ocorria da seguinte maneira, a orientadora se reunia com seus monitores e coletava sugestões para os conteúdos, e consecutivamente as orientadoras ou supervisoras se reuniam com a equipe técnica do Centro de Formação de Professores, e expressavam as ideias coletadas, as quais eram trabalhadas de forma intensa e voltavam para a sala de aula como conteúdos propedêuticos, os quais os monitores ministrariam.

De Pé no Chão deixou importantes feitos, tal como o rompimento do pensamento de colonizador; contradição do círculo pauperismo-analfabetismo-pauperismo; rompimento do pensamento oligárquico; ruptura com a hierárquica acadêmica; retirando a imagem de ditadura do prédio escolar, desfazendo a confusão de que a escola e o prédio são a mesma coisa; rompendo com a visão de que a classe mais abastada é a única detentora da cultura, visualizando que a classe menos favorecida tem aptidão para a execução de políticas e a prática da educação.

Portanto o analfabeto neste processo não aprende somente o significado das palavras, mas compreende os sentidos sócio-políticos por meio da leitura de mundo, levando-o a questionar sua condição socioeconômica inferior.

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB**

 O Movimento de Educação de Base (MEB) criado pela Igreja Católica em 1961, e com o apoio do Governo Federal, consistia em um programa de alfabetização e educação de base, propondo-se a desenvolver escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas.

 Inicialmente o MEB atuou nas regiões brasileiras Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e posteriormente estendeu-se para as demais regiões.

 No primeiro Encontro de Coordenadores do Movimento acreditava que a comunicação era um dos instrumentos para que ocorresse a transformação do mundo e que o MEB junto às classes populares articularia essa mudança social. Na pauta dos assuntos do Encontro constava a Educação de Base através do Rádio e, também, informações sobre suas características e sobre como começar corretamente uma rádio-escola.

O MEB foi um o único movimento de educação e cultura popular que perpassou ao golpe de Estado de 1964, por consequência do convênio com a União. Obviamente que alguns de seus objetivos e métodos tiveram que se modificar, e nesse período o Movimento de Educação Popular passou a ser um ensino de Educação Fundamental.

 Com interrupções e modificações, o MEB existe até hoje, e há 50 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões brasileiras tentando fazer ressurgir seu modo de atuação original. Tendo como missão "Contribuir para promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora ao longo da vida”.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos de cultura popular que abarcam o sistema Paulo Freire, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e o Movimento de Educação de Base, fazem parte da história da educação brasileira, e representam a busca de alternativas para alfabetização dos indivíduos não apenas para decodificação de códigos, mas que a educação lhes proporcione a politização.

Percebe-se que as políticas emergenciais adotadas pelos movimentos trouxeram avanços educacionais significativos para a população a margem da sociedade.

Esse processo contribuiu para a história brasileira, onde o movimento buscava caminhos alternativos para as propostas tradicionais e conservadoras. Paulo Freire tinha a intenção de conscientizar socialmente o povo e propiciar a transformação do sujeito, por meio das soluções das causas do analfabetismo.

**REFERÊNCIAS**

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education,**Maringa, v. 34, n. 2, p.157-168, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3033/303325733002.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação,**Sao Paulo, v. 194, n. 108, p.108-130, maio/Não é um mês valido! 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 6 out. 2013.

MARQUES, Berenice pinto. **A Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN.** (2013). Disponível em: <<http://www.36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt06_posteres_aprovados/gt06_2595_texto.pdf>>. Acesso em: Out.2013.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **As praças de Cultura no Governo Djalma Maranhão.**2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/disserta\_isa\_praca\_cultura\_djalma\_2008.pdf>. Acesso em: 3 out. 2013.

RISSO, Suzana Aparecida; SILVA, Marilei Aparecida Vidal. **Alfabetização De Adultos Nos Anos 60; Movimentos De Educação Popular E O Método Paulo Freire.** (2007). Disponível em: <http://docplayer.com.br/8959166-Alfabetizacao-de-adultos-nos-anos-60-movimentos-de-educacao-popular-e-o-metodo-paulo-freire.html> Acesso em: Out. 2013.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes. **Alfabetização E Politização: As Contradições No Ato De Educar.** (2010). Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE\_3671.pdf> Acesso em: Out. 2013.

1. Aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel, professora de educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Céu Azul – PR. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política Educacional e Social (GEPPES). Email: dai\_luhm@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
2. Aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel. Integrante do Grupo de Pesquisas em Educação, Imaginário e Formação de professores (IMAGINAR). Email: shu\_mayara@hotmail.com [↑](#footnote-ref-3)